



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 12/2019

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 12 de junho de 2019*

----- Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, Ana Custódio, José Galrito e Luís Conceição, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Em cumprimento com o n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente na reunião Ana Filipa Custódio, em suplência do vereador Jorge Inácio. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não existiram quaisquer intervenções. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma manifestação de voto de pesar pelo falecimento de Nélson do Nascimento Lopes Henrique Evangelista e de António Maria Leal Gonçalves (aposentado), funcionários da Câmara Municipal. -----

----- Com a anuência de todos os membros presentes, decorreu um minuto sepulcral em memória de Nélson do Nascimento Lopes Henrique Evangelista e de António Maria Leal Gonçalves. -----

PS at.

----- O vereador Luís Conceição interveio para endereçar igualmente uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os colaboradores e entidades envolvidas no VI Encontro de Arquivos do Algarve (24 e 25/06), nos Encontros de Natação Intermunicipal e de Malha (25 e 26/05 respetivamente) em Martim Longo, nas 2 Horas de Resistência Noturna BTT (8 de junho) e no 3.º Encontro de Motorizadas Antigas (10 de junho). -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para felicitar igualmente a Associação Inter-Vivos pela realização do I Torneio de Futsal “*Prof. Luís Conceição*”, no passado dia 25 de maio, o que atraiu muitos visitantes e representou uma mais-valia para a economia local. -----

----- O presidente da Câmara interveio para dar nota ainda que ponderaram cancelar o torneio de Futsal, pelo facto de coincidir com as cerimónias fúnebres do funcionário Nelson Evangelista, todavia, existiu consenso entre a entidade organizadora (Associação Inter-Vivos) e família. Informou ainda, que decorreu uma iniciativa alusiva ao Dia Mundial da Criança, no dia 03 de junho. -----

----- A vereadora Ana Custódio interveio para alertar para a paginação da Ata n.º 10 2019, da reunião de 08 de maio, uma vez que não se encontra correta, questionando de seguinte quais as ações desenvolvidas, nomeadamente do serviço permanente de ambulâncias, no primeiro trimestre do ano pelo Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), conforme cláusula segunda do protocolo aprovado, em reunião do executivo de 23 de janeiro. ----

----- O presidente da Câmara interveio para dar nota que o Centro Humanitário da CVP de Tavira “*não tem realizado exatamente aquilo que gostaríamos que fosse cumprido*”, dado que se encontra em fase de reestruturação interna e “*com algumas*” dificuldades financeiras, no entanto, tem facultado apoio no serviço na Unidade Móvel de Saúde e no transporte de doentes não urgentes. -----

----- A vereadora Ana Custódio interveio para mencionar que existe igualmente comparticipação por parte de outras entidades/instituições, no que concerne ao transporte de doentes não urgentes, e nesse sentido questiona o porquê do aumento do valor da comparticipação por parte da Autarquia, no protocolo atual, uma vez que, conforme mencionado pelo o sr. presidente, o

Pat.

serviço protocolado não está a ser disponibilizado à população. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que a CVP – Tavira remete à Edilidade trimestralmente, relatórios do trabalho realizado, e como tal julga que o processo encontra-se em ordem e validado pelo Gabinete de Ação Social, Saúde e de Educação. Deu nota ainda, que a referida entidade, no conjunto de valências que possui auxilia igualmente fora do âmbito do protocolo, sem quaisquer custos adicionais, exemplificando com a montagem da Tenda de Campanha, nas Festas de Alcoutim e outros eventos. Finalizou referindo que “*gostaria igualmente*”, que o serviço da CVP fosse um serviço permanente, no entanto, considera “*que já não existe o voluntariado de outrora*”, e que do balanço efetuado em termos de custo/benefício a Autarquia de Alcoutim não se encontra prejudicada com os serviços prestados, por parte da CVP – Tavira. -----

----- A vereadora Ana Custódio interveio para mencionar que considera que o serviço de ambulância permanente não tem tido a “*expressão*”, que deveria ter no concelho, e como tal é da opinião que a CVP- Tavira deveria não apenas participar nos eventos/iniciativas, mas também possuir uma delegação em Martim Longo, para que a população pudesse recorrer frequentemente. Questionou ainda sobre a calendarização da Unidade Móvel de Saúde (UMS), designadamente quem a elabora e como e que é estipulada? E o tempo que demora em média a percorrer o concelho? -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que existe uma articulação entre a Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS), na pessoa do Dr. José Tavares e a Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário de Tavira, e que essa calendarização encontra-se publicitada para conhecimento da população. -----

----- A vereadora Ana Custódio interveio novamente para questionar se o aumento do valor atribuído prende-se com alguma situação específica, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que após avaliação do processo a Edilidade considerou, face as dificuldades financeiras apresentadas pela CVP, facultar uma maior comparticipação. -----

A vereadora entregou ainda requerimento a solicitar cópia do relatório trimestral da CVP. -----

Handwritten signature and initials.

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º 109) respeitante ao dia 11 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.914.992,58; -----

----- Operações Orçamentais – € 1.593.872,76; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 313.712,83. -----

----- **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º 11/2019:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 11/2019**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 22 de maio de 2019, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria dos presentes, aprovar a referida Ata. -----

----- Os vereadores Luís Conceição (PS) e Ana Custódio (PSD) não participaram na discussão e votação, por não estarem presentes na referida reunião. -----

----- **PROPOSTA N.º 128/2019 – PROTOCOLO DECIR 2019**

**CMA/FBA/ANEPC:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar face aos considerandos, e em conformidade com o disposto e o n.º 1 do artigo 105º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo, com um encargo financeiro de 28.883,13 € (vinte e oito mil oitocentos e oitenta e três euros e treze cêntimos)

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 129/2019 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAIS COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR, 1 ASSISTENTE TÉCNICO E 5 ASSISTENTES OPERACIONAIS:** Foi presente do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves,

R  
at.

a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: **I** autorizar a abertura do presente procedimento concursal, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, com o fundamento previsto na alínea h), do n.º 1, do artigo 57.º do citado diploma legal, designadamente, nos serviços e no número a seguir discriminados: **i.** Gabinete de Ação Social Saúde e Educação – 1 Técnico Superior na área da Terapia da Fala; **ii.** Tempos Livres e Desporto da DAFCD – 1 Assistente Técnico e 1 Assistente Operacional; **iii.** Infraestruturas da DOPGU – 2 Assistentes Operacionais; **iv.** Ambiente e Serviços Urbanos da DOPGU - 2 Assistentes Operacionais; **II.** Deverá ainda deliberar no sentido de dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, ou seja, que o recrutamento seja restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; **III.** Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, deliberar no sentido de admitir candidatos que se insiram no universo a que se refere o n.º 4, do artigo 30.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.-  
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----  
-----

----- **PROPOSTA N.º 130/2019 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/REQUERENTE: JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA – PROCESSO N.º 3/2019:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 2.095,00 € (dois mil e noventa e cinco euros) ao sr. José Domingos Teixeira, para fazer face com a reparação da cadeira de rodas elétrica. -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Raf".

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- O presidente da Câmara não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- **PROPOSTA N.º 131/2019 – DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL, ANO DE 2019 – NO DOMÍNIO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: **I.** Renunciar as transferências de competências constantes dos diplomas a seguir indicados: **a)** Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias; **II.** Nos termos da alínea ccc) do nº1 do Artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, submeter à Assembleia Municipal a renúncia da transferência supra identificada para o ano de 2019, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com os respetivos diplomas sectoriais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 132/2019 – DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL, ANO DE 2020:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: **I.** Renunciar as transferências de competências para o ano de 2020, constantes dos diplomas a seguir indicados: **a)** Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; **b)** Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro - concretiza a transferência de competências

para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; **c)** Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; **d)** Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça, na parte referente ao Município; **e)** Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários, na parte referente ao Município; **f)** Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; **g)** Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação; **h)** Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; **i)** Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público; **j.** Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos; **k)** Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação; **l)** Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura; **m)** Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, e; **n)** Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, quer de carácter turístico, quer do serviço público regular; **o)** Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias; **II.** Nos termos da alínea ccc) do nº1 do Artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, submeter à Assembleia Municipal a renúncia da transferência supra identificadas para o ano de 2020, nos termos do



disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com os respetivos diplomas sectoriais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 133/2019 – CONVITE PARA INTEGRAR O PROJETO LOCAL4GREEN:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea ccc) do número 1 do artigo 33.º remeter para a Assembleia Municipal a deliberação que recair sobre a presente proposta para que esta nos termos da alínea c) e h) do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro e aprovar a integração do Município de Alcoutim no projeto LOCAL4 GREEN. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 134/2019 – CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL – APOIO FINANCEIRO PARA 12.ª PROVA NACIONAL DE ATLETISMO:** Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Luís Conceição, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do nº1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar atribuição de comparticipação financeira ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim no montante de 1.900,00 € (mil e novecentos euros), para fazer face às despesas com a realização da 12ª prova Nacional de Atletismo em Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 135/2019 – EMPREITADA DA E.M. 507 – TROÇO GIÕES/FARELOS/TESOURO/EM 124 – CANCELAMENTO DE SEGURO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Paulo



Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Que se proceda ao cancelamento do Seguro de Caução Apólice n.º 0080.10.003871 no valor de 20.973,44 € emitida pela AXA PORTUGAL-Companhia de Seguros, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 18.876,10 €, passou a ser do valor de 2.097,34 €; -----

2. Que se proceda ao cancelamento do Seguro de Caução Apólice n.º 0080.10.004076 no valor de 20.973,44 € emitida pela AXA PORTUGAL-Companhia de Seguros, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 18.876,10 €, passou a ser do valor de 2.097,34 €. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 136/2019 – EMPREITADA DO C.M – E.M 507 – TROÇO PEREIRO/SANTA MARTA – CANCELAMENTO DE SEGURO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Que se proceda ao cancelamento do Seguro de Caução Apólice n.º 0080.10.003870 no valor de 17.900,65 € emitida pela AXA PORTUGAL-Companhia de Seguros, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 16.110,59 €, passou a ser do valor de 1.790,07 €; -----

2. Que se proceda ao cancelamento do Seguro de Caução Apólice n.º 0080.10.004075 no valor de 17.900,65 € emitida pela AXA PORTUGAL-Companhia de Seguros, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 16.110,59 €, passou a ser do valor de 1.790,07 €. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 137/2019 – GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do vice-presidente da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º1 do

art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 14.881,89 € (catorze mil oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e nove cêntimos) ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para apoio à segurança dos espaços destinados ao uso balnear do concelho de Alcoutim, Praia Fluvial do Pego Fundo e Piscina Municipal, durante a época balnear de 2019, (GOP 342 2016/32 – Comparticipação financeira). -----

----- A vereadora Ana Custódio interveio para questionar se a Piscina Municipal de Martim Longo irá possuir nadador-salvador, durante a época balnear, conforme informação constante na proposta, tendo o vereador Luís Conceição usado da palavra para esclarecer que não está previsto, devido às dimensões da piscina (tanque de aprendizagem), no entanto, encontrar-se-á presente o técnico de desporto, afeto às referidas instalações, no período normal de funcionamento. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que essa informação será alterada do conteúdo da proposta, de modo a não existir constrangimentos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 138/2019 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2019 – NOVOS INGRESSOS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar que seja remetida para deliberação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2019 – Novos Ingressos. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 12 de junho de 2019, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi

lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas nove horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim Ana Paula Martins Pereira, secretária das reuniões do executivo, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. ----

O presidente



A secretária



